

3º BRASÍLIA SUMMIT

Os desafios dos data centers

Segurança e sustentabilidade das bases de dados impõem soluções diante do avanço acelerado da inteligência artificial

» RAPHAEL PATI
» DANANDRA ROCHA

O avanço da inteligência artificial (IA) provoca incertezas em relação à segurança e à sustentabilidade das bases de dados, ou data centers. Com o projeto de lei que define o Marco Legal da IA ainda em discussão na Câmara, integrantes do poder público e do setor privado buscam uma solução para viabilizar políticas capazes de garantir o avanço da tecnologia sem deixar de olhar para a regulamentação. O primeiro painel do 3º Brasília Summit, promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) e pelo Correio Braziliense, tratou das possibilidades em torno do tema.

Relator do projeto de lei no Senado, onde o texto foi aprovado em dezembro do ano passado, o vice-presidente da Casa, Eduardo Gomes (PL-TO), disse que as críticas à proposta não se confirmaram após oito meses do aval dos senadores.

"Depois da aprovação do primeiro relatório, as empresas não deixaram de investir, as big techs não deixaram de fazer sua política de expansão, e, se você quiser irritar qualquer especialista em inteligência artificial, basta falar que a IA é uma inteligência estendida. Ela sempre vai depender da realidade para fazer parte da nossa vida", enfatizou Gomes.

Na avaliação do senador, a aprovação da proposta na Câmara ainda deve passar por um processo de "inteligência legislativa". Ele afirmou que é preciso repensar o texto em relação a custos de investimento, além da definição da política de fomento pelo governo federal, que deve contar com a participação do Poder Legislativo.

O parlamentar mencionou o uso da internet para praticar crimes sexuais. Para Gomes, a legislação deve ser clara e simples. Ele citou a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), aprovada em 2017, como exemplo de política eficiente contra delitos.

"Durante algum tempo, o debate sobre a IA foi para fugir do tema fundamental que atormenta a população brasileira, que são os crimes sexuais que operam na internet. O que o Brasil precisa é de uma política clara de investimento", destacou.

Já o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), defendeu a adoção de legislações menos restritivas em relação ao uso de IA e outras tecnologias inovadoras em data centers no Brasil. Ele citou os

Mariana Campos/CB/D.A Press



Depois da aprovação do primeiro relatório, as empresas não deixaram de investir, as big techs não deixaram de fazer sua política de expansão"

Eduardo Gomes (PL-TO), senador

investimentos no estado e a presença de mais de 600 startups, para criticar a legislação atual sobre o tema e afirmar que o país deve priorizar a soberania.

"Não podemos criar uma legislação que é totalmente superada, ultrapassada e que não tem nenhum parâmetro que possa ser defendido, porque o criador dela, que é a União Europeia, já está desistindo dela", disse Caiado.

O governador ressaltou que o projeto no Congresso é um retrocesso e deve ser repensado. "Não podemos implantar regulação ou regras tão restritivas, que o cidadão vai se sentir constrangido. Nós estamos perdendo espaço", frisou.

O texto foi elaborado pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Entre as medidas previstas, está a criação de um ambiente experimental pelo órgão regulador de IA, que permite às empresas negociarem diretamente com autores o valor a ser pago pelo uso de suas criações.

O projeto ainda define que as big techs devem informar, já no período de testes de sistemas de IA, quais conteúdos protegidos por

Mariana Campos/CB/D.A Press



Não podemos criar uma legislação que é totalmente superada, ultrapassada e que não tem nenhum parâmetro que possa ser defendido"

Ronaldo Caiado, governador de Goiás

direitos autorais foram utilizados. Os autores ainda terão a prerrogativa de vetar o uso de suas obras por esses sistemas.

Caiado, no entanto, avaliou que o projeto restringe excessivamente a atuação das grandes empresas de tecnologia e fez uma comparação com o processo de montagem de um carro, afirmando que a proposta cria um carro só com freio, mas "sem motor". "O que nós estamos construindo (em Goiás) é algo que tem motor e freio", afirmou.

Por sua vez, o deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ), membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, criticou o atraso do país na modernização administrativa. "Todo ato de governo precisa ser digital, porque só o digital é operável, monitorável e rastreável", argumentou, ao defender que a reforma administrativa inclua a obrigatoriedade de digitalização da gestão pública. Ele citou como exemplo o gasto de R\$ 5 bilhões do Ministério da Saúde com receitas médicas ainda em papel, apesar da possibilidade de emissão digital com segurança.

O parlamentar também chamou

a atenção para os desafios energéticos da expansão dos data centers. Segundo ele, o setor já consome 1% da energia mundial e pode chegar a 3% até 2030. No Brasil, o consumo atual gira em torno de 750 megawatts e deve crescer para 900MW em cinco anos.

Lopes criticou medidas provisórias em tramitação no Congresso (MPs 1304 e 1318), que condicionam novos empreendimentos ao uso exclusivo de fontes renováveis. "Data center funciona 24 horas, 365 dias por ano. Não tem como energizar com solar ou eólica sozinhas. (...) Precisamos de térmicas, gás e até energia nuclear para dar base ao sistema elétrico", sustentou.

Ele defendeu que o país aproveite a matriz elétrica, considerando uma das mais limpas do mundo, como atrativo para investimentos. Para tanto, sugere garantir segurança jurídica aos investidores internacionais, permitindo que data centers instalados no Brasil possam seguir a legislação de proteção de dados dos países de origem. "Temos aqui uma oportunidade extraordinária de atrair investimentos", ressaltou.



Data center funciona 24 horas, 365 dias por ano. Não tem como energizar com solar ou eólica sozinhas"

Júlio Lopes (PP-RJ), deputado federal

Investimentos e políticas públicas para explorar potencial

Na nova fase da tecnologia, com o fortalecimento da inteligência artificial (IA) generativa e novas formas de utilizá-la, o debate a respeito da soberania é essencial, na visão da presidente da Tecnobank, Renata Herani. Nesse contexto, ela defende que o investimento em infraestrutura física e em data centers dentro do território nacional é o caminho para garantir isso.

"A reflexão que eu faço é justamente o fato de que toda essa tecnologia e a necessidade de infraestrutura física, isso está por trás de tudo que permeia a nossa vida. Tudo passa pela tecnologia e, por trás de tudo isso, está a necessidade de uma infraestrutura robusta", destacou a executiva.

Durante o painel, os participantes debateram a sustentabilidade e a segurança dos data centers diante do avanço da IA. No Congresso Nacional, o projeto que institui o Marco Legal da Inteligência Artificial ainda está em discussão e sem previsão para ser votado na Câmara. Na avaliação da empresária, a inovação tecnológica tem que andar lado a lado com a inovação regulatória.

"É necessário juntar a nossa criatividade e construir soluções para viabilizar a nossa soberania digital, para que a tecnologia possa cumprir o papel na vida das pessoas, otimizar processos e contribuir para que as pessoas tenham uma vida mais confortável", acrescentou.

Herani acredita que o Brasil



Tem que ser uma política muito bem pensada em um local que não seja neutro. Então, o poder público tem um desafio muito grande"

Renata Herani, presidente da Tecnobank

tem potencial para ser protagonista na nova era da tecnologia, mas que, para isso, os poderes devem pensar em políticas públicas eficientes, acima de tudo. Ela deu o exemplo da construção de

estruturas físicas para impulsionar as inovações. "Tem que ser uma política muito bem pensada em um local que não seja neutro. Então, o poder público tem um desafio muito grande", ressaltou.



O fato de sermos o primeiro da América Latina não significa que o Brasil está bem colocado no mundo, já que a região representa apenas 2% dos data centers globais"

Marcos Ferrari, presidente da Conexis Brasil Digital

Marcos Ferrari, presidente da Conexis Brasil Digital, destacou que o setor de telecomunicações investe cerca de R\$ 40 bilhões por ano no Brasil e é um dos pilares da nova economia digital. Apesar

disso, apontou desafios: atualmente, o país conta com 192 data centers, mas 90% estão concentrados em São Paulo, o que reforça desigualdades regionais.

"O fato de sermos o primeiro da

América Latina não significa que o Brasil está bem colocado no mundo, já que a região representa apenas 2% dos data centers globais", observou.

O executivo também ressaltou o papel do Regime Especial de Tributação para Serviços de Data center (Redata), lançado recentemente pelo governo, como uma oportunidade para transformar o Brasil em um hub de datacenters e ampliar a chamada "soberania digital". Segundo ele, concentrar investimentos no país reduziria a dependência internacional, já que 70% dos dados, hoje, ficam armazenados na Virgínia, nos Estados Unidos.

Outro ponto destacado foi a necessidade de regulamentar a inteligência artificial sem engessar a inovação. Ferrari citou as discussões em andamento no Congresso sobre o PL da IA e defendeu equilíbrio: "É preciso proteger a dignidade humana e os direitos fundamentais, mas sem impedir a inovação".

Para além da regulação, o dirigente reforçou que a expansão das redes e de data centers deve envolver todos os atores do ecossistema digital. Segundo ele, cinco grandes empresas concentram 70% do uso das redes de telecomunicações no Brasil, mas ainda não contribuem proporcionalmente para os investimentos necessários. "A sustentabilidade das redes passa, necessariamente, pela contribuição de todos que as utilizam", frisou. (RP e DR)